



**MINISTÉRIO DO ESPORTE
SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE ESPORTE E DE LAZER**

**DIAGNÓSTICO SOBRE
“O LAZER E A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS”
2ª REUNIÃO NACIONAL DE GESTORES E AGENTES DO
PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE**

Equipe técnica: Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto (Coordenadora Geral), Andréa Nascimento Ewerton, Débora Alice Machado da Silva, Marcelo de Almeida Pereira Ferreira, Luiz Roberto Malheiros Araújo, Leandro Casarin Dalmas, Muriel de Carvalho Plautz e Andreia Meneses Silva Lopes.

O Ministério do Esporte, por meio de sua Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL) e em parceria com o Ministério da Educação (MEC), realiza a 2ª Reunião Nacional dos Gestores e Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), em Brasília, no período de 07 a 10 de novembro de 2007.

Em continuidade aos debates desencadeados à ocasião da 1ª Reunião Nacional (2006) e considerando os princípios do PELC, bem como as necessidades levantadas pelo monitoramento dos Núcleos deste Programa e interlocuções com o MEC, foi eleita, para essa 2ª Reunião, a temática “o lazer e a intersectorialidade das políticas públicas”.

A intersectorialidade é um dos desafios das políticas sociais no atual governo. Desafio guiado pelas idéias de parceria e solidariedade, que requerem o conhecimento do outro e das demandas que enfrentam juntos, da capacidade de gerir ações conjuntas, aglutinar aspirações, valores e estratégias, valorizando as diferenças e a rede constituída, atentos aos problemas enfrentados e as alternativas construídas.

O propósito central desse evento é, pois, estreitar os laços entre os envolvidos no PELC e desses com outros gestores de programas, projetos e ações governamentais. Esperamos contribuir com a ampliação e o aperfeiçoamento das políticas intersectoriais do Ministério do Esporte, a consolidação do lazer como um dos eixos das políticas sociais do Governo Federal, a socialização dos princípios e das diretrizes do Programa, a troca de experiências entre as entidades conveniadas e outros parceiros e, também, com a construção de estratégias de intersectorialidade em políticas públicas com o esporte e o lazer.

Por isso, a 2ª Reunião Nacional começou dando voz aos gestores inscritos no evento, dialogando com eles sobre o tema em pauta. A reflexão sobre desafios enfrentados na concretização de ações intersectoriais orientou esse diagnóstico cujo diálogo inicial, registrado em 129 questionários*, será ampliado nas discussões da Reunião Nacional. Informações consolidadas em Quadros que, durante a 2ª Reunião Nacional, estarão expostos em Pôster e cujos resultados serão divulgados na íntegra na publicação em livro deste Evento.

A participação dos inscritos nesse diagnóstico foi fundamental para a rica construção desta Reunião, desde seu planejamento. Por isso, especialmente, agradecemos a todos!

* É importante esclarecer que cada questionário corresponde à inscrição de uma entidade, que foi recomendada a construir respostas às questões colocadas ouvindo sua equipe do PELC. Além disso, para a 2ª Reunião Nacional foram convidados mais de um representante por entidade/Núcleo. O público total inscrito para esse evento é de 500 pessoas.

Sobre os participantes do PELC

O PELC foi criado em 2003 comprometido com a qualificação continuada de gestores, agentes e ações com vistas a universalização do esporte e do lazer. Até 2007, instalou 1.288 Núcleos em 409 municípios, de 26 Estados e o Distrito Federal. A “Chamada Pública 2007” deu maior transparência ao processo de implantação dos Núcleos, tendo 1.624 pleitos inscritos e 364 aprovados. O PELC investe na implantação de 844 Núcleos de atendimento a todas as fases da vida (das crianças aos idosos) e 180 Núcleos do “Projeto Vida Saudável”, voltado ao atendimento de idosos. O Programa inclui, também, um eixo de Infra-estrutura e a Rede CEDES (Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer) que, no momento, desenvolve ao todo 58 pesquisas, dentre as em andamento e novos convênios.

Buscando ampliar leitura sobre essa experiência, no presente diagnóstico iniciamos um diálogo com gestores do Programa em todo o País (Quadro 1), começando pelas condições de elaboração e desenvolvimento de ações integradas que possam contribuir com a “universalização” do lazer (direito social ao alcance de todos). Conquista que implica “inclusão” com “equidade”, ou seja, que reconhece que as pessoas e os grupos sociais são diferentes entre si em vários aspectos (culturais, sociais, econômicos e outros) e, também, nas condições de acesso ao que está disponível em sua realidade (vivência concreta das oportunidades).

Essas diferenças evidenciaram-se a partir do diálogo que realizamos sobre a caracterização do público atendido pelos gestores participantes desde diagnóstico, cujas informações totalizadas no Quadro 2, para que possamos identificar com maior clareza esse público, precisam ser complementadas com dados dos Relatórios do PELC, uma vez que 83% dos participantes deste diagnóstico são novos integrantes do Programa.

Os dados do Quadro 2, no que diz respeito a predominância de participação no PELC, confirma o que vem acontecendo, ou seja, apesar do reconhecimento de que o lazer é fundamental em todas as fases da vida, o público que mais participa do PELC ainda é constituído por adolescentes e jovens de 13 a 24 anos. Isso demonstra a tendência da oferta e da mobilização comunitária para programas de esporte e lazer em nosso meio. Se os adolescentes e jovens são os que mais procuram o PELC, os adultos e as pessoas com deficiências são os mais difíceis de serem mobilizados pelo Programa. Entre os participantes há um equilíbrio entre homens e mulheres, sendo que os mais jovens tendem a ser meninos e os mais idosos as mulheres. Há, ainda, uma tendência dos eventos envolverem um número maior de participantes do que as atividades sistemáticas.

Esses dados nos desafiam a ampliar os atendimentos aos diferentes segmentos, especialmente considerando as crianças de 0 a 6 anos, os adultos homens e mulheres (etapa da vida de enfrentamento do contraponto entre lazer e trabalho) e as pessoas com deficiências (que esperamos identificar e mobilizar com a ajuda da Secretaria de Saúde de cada localidade).

Considerando a caracterização desse público alvo, destaca-se a predominância de participantes dos centros urbanos, embora nossos relatórios e alguns depoimentos revelem que cresce o desenvolvimento de Núcleos do PELC em áreas rurais, quilombolas, de assentamento e ribeirinhas. A nossa dificuldade tem sido o atendimento das populações indígenas. Investimento que estamos dispostos a realizar no sentido de mapear as potencialidades dessas comunidades e sermos pró-ativos na consecução de políticas específicas para esses grupos, considerando os resultados levantados.

O atendimento aos indígenas vem mobilizando a promoção dos IX Jogos dos Povos Indígenas, realizado este ano em Pernambuco pelo Ministério do Esporte em parceria com o Governo do Estado de Pernambuco, as Prefeituras de Recife e Olinda, o Ministério da Justiça, a FUNAI, o Ministério da Cultura, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e o Comitê Intertribal de Memória e Ciência Indígena. Além disso, estamos iniciando a pesquisa sobre o esporte e lazer com populações da Região Norte, em grande parte ribeirinha, populações rurais e de assentamentos do Nordeste, populações

quilombolas e rurais das Regiões Sudeste e Sul e indígenas das Regiões Centro Oeste, Norte e Nordeste do País.

São estudos desenvolvidos por pesquisadores da nossa Rede CEDES, que nos instigam a conhecer as demandas desses grupos, principalmente pelo fato de que o lazer, da forma como em geral os estudiosos o reconhece hoje, é um fenômeno típico dos centros urbanos das sociedades capitalistas. No entanto, o lazer é cada vez mais destacado dentre as demandas de toda população brasileira, como é enfatizado pelos depoimentos do presente diagnóstico.

Mas, que sentidos e significados tem o lazer nas diversas regiões do nosso País?

Sobre as demandas do público atendido pelo PELC

Considerando a diversidade das demandas do público do PELC, o presente diagnóstico implicou, como seu próximo passo, dar voz aos protagonistas deste diálogo buscando mapear demandas a serem atendidas em suas realidades. É preciso ampliar e diversificar oportunidades culturais de lazer, superando barreiras que possam dificultar, ou impedir o acesso a elas. Sistematizados por Região, os dados do Quadro 3 nos permitiu uma primeira leitura sobre demandas de lazer no País.

Pela análise geral dessas falas identificamos três demandas prioritárias do PELC, que assumem a promoção do esporte e do lazer no sentido da/o: (1) superação da vulnerabilidade social, (2) organização das comunidades e (3) promoção de ações educativas conscientizadoras. Demandas que colocam o esporte e o lazer como dois fatores básicos das políticas sociais, destacando-se alguns aspectos, explicitados a seguir.

Quanto à necessidade de superação da vulnerabilidade social, no meio rural o esporte e o lazer são destacados como fatores de elevação do nível de auto-estima dos sujeitos, de agregação de grupos e de valorização da identidade local. Nos centros urbanos, são ressaltados como meios de combate às violências e fatores de integração de comunidades e famílias. Em ambos os casos o esporte e o lazer são valorizados como direitos sociais de todos os cidadãos, como proclama a Constituição Federal de 1988 nos seus artigos 217 e 227, bem como fatores de melhoria da qualidade de vida, como expressa a Organização Mundial da Saúde (1995). Para isso, o esporte e o lazer implicam ações coletivas constituídas no cotidiano das comunidades, envolvendo toda população nas práticas culturais diversificadas vividas ludicamente no tempo de lazer, tempo de escolha, de exercício da liberdade e do prazer. Se a acessibilidade ao esporte e ao lazer implica vivências concretas e sistemáticas, requer, necessariamente, consciência de sua importância para a vida humana e a vida em sociedade. Daí, o fato da ação educativa conscientizadora ser outro critério que define as prioridades do PELC.

Estes fatores situam o esporte e o lazer no contexto das prioridades das políticas sociais. Por isso, não é por acaso que, ao falarem sobre as demandas das populações que atendem, os gestores do PELC enfatizam de modo efusivo as demandas sociais como um todo. Afinal, a vivência concreta do esporte e do lazer implica saúde, educação, segurança, meio ambiente saudável, infra-estrutura urbana adequadamente planejada, construída e mantida, transporte, saneamento básico, renda, alimentação e outros inúmeros fatores relacionados às necessidades básicas a uma vida digna.

E é importante observar que essas demandas foram ressaltadas pelos gestores de todas as regiões brasileiras (Quadro 3), dentre elas destacando-se as necessidades educacionais. Isso porque, por exemplo, ao mesmo tempo em que numa mesma região o lazer é compreendido como fator de qualidade de vida, nesses mesmos grupos muitos dos depoentes não conseguem expressar ações efetivas que contribuam para garantir as relações do lazer com todos os fatores sociais citados. Interações que podem ser enriquecidas com o relacionamento mais estreito entre as políticas/programas dos setores e das organizações citadas.

Será que as pessoas têm consciência da importância que o lazer assume nos seus depoimentos sobre as demandas da população?

Precisamos muito conversar a esse respeito, especialmente considerando que o diálogo foi apontado como uma das principais alternativas para superação de problemas e conquistas de

necessidades. Um diálogo, como revelam os depoimentos, aberto, crítico e criativo, atento às diferenças dos sujeitos e de suas culturas.

Sobre as ações governamentais relacionadas às demandas dos participantes do PELC

Os dados referentes às demandas dos participantes do PELC desafiam a promoção de ações intersetoriais baseadas na inter-relação de necessidades e suas influências mútuas. Ações que possam articular vários campos sociais no trato das demandas a serem atendidas na sua globalidade. Desafio que implica a compreensão das necessidades socioculturais dos beneficiários das ações políticas (familiares, escolares, de trabalho, esporte, lazer, cultura, etc) e de como cada ação governamental pode atuar sobre elas.

Essa compreensão mobilizou os gestores do PELC para lerem as ações governamentais realizadas em seus municípios, buscando identificar aquelas que podem contribuir com o atendimento das suas demandas e necessidades apontadas. Dados explicitados no Quadro 4, dentre os quais ressaltam-se algumas evidências.

Em primeiro lugar, a extensa listagem de atividades, parceiros e ações governamentais mostram-nos representações das realidades locais assim como a visibilidades atribuída aos diversos parceiros, sinalizando para várias possibilidades de articulação de ações dos Governos Federal, Estadual e Municipal com organizações do Setor Privado, do Terceiro Setor e da sociedade civil.

Em segundo lugar, os dados chamam nossa atenção sobre a importância das ações sociais já existentes na consolidação de novas ações intersetoriais, destacando aqui aquelas que integram o esporte e o lazer. Com isso, podemos apontar duas formas de atuação intersetorial que o PELC realiza.

A primeira pela construção de parcerias estabelecidas a partir da relação entre programas e projetos definidos especificamente cada um (como vários depoimentos do diagnóstico exemplificam). Forma que pode ser executada pela execução de projetos próprios ou pela transferência de recursos de um programa para outro.

A segunda inclui a construção compartilhada de ações intersetoriais gestadas coletivamente desde sua elaboração inicial, como acontece com o Programa MAIS EDUCAÇÃO, que está concluindo o projeto de implantação de pólos piloto, envolvendo vários parceiros dentre eles o PELC, durante esta 2ª Reunião Nacional de Gestores e Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Sobre as parcerias entre programas governamentais

A intersetorialidade é uma das condições necessárias à efetivação dos projetos sociais, contribuindo para uma gestão sinérgica entre parceiros, alinhada nos conceitos e nas finalidades comuns das alianças estabelecidas.

No entanto, as respostas dadas pelos depoentes do presente diagnóstico, registradas nos Quadros 5 e 6, apontam para variadas interpretações das ações governamentais. Por exemplo, para alguns, tratam-se de atividades e, para outros, de Programas e Projetos localmente implantados.

Será que quando falamos de ações governamentais devemos nos reportar à atividades? Ou essas se referem a questões mais amplas?

Há necessidade de construirmos o consenso de que tratamos as ações governamentais priorizando os programas e projetos, entendendo que as atividades são desdobramentos destes, conforme as características da cada localidade. Os dados compilados neste diagnóstico destacam ações governamentais federais, estaduais e municipais. As parcerias com diferentes órgãos implicam, também, uma linguagem entendida por todos (rede semântica de conceitos estruturantes dos programas), clareza nos princípios e objetivos em todos os níveis.

No que tange as parcerias existentes e os novos parceiros em todas as regiões do País, diversas vezes as mesmas entidades foram citadas, o que pode ser interpretado de formas diferentes. Pode

representar visão restrita em relação aos parceiros potenciais e parcerias não consolidadas. Ou, ao mesmo tempo, representar o reconhecimento de Programas e Projetos consolidados no País, integrantes de vasta gama de possibilidades de parceiros com o potencial e interesse no lazer. Parcerias almejadas e muitas vezes ainda não consolidadas nas alianças locais. Os dados coletados nos mostram, também, a importância das ações sociais existentes para a consolidação de novas ações intersetoriais.

Nestas alianças, o PELC tende a criar linhas de ação específicas, como por exemplo, “Esporte, Lazer e Educação” (PELC/MAIS EDUCAÇÃO), “Esporte, Lazer e Segurança” (PELC/PRONASCI), “Esporte, Lazer e Turismo” (PELC/Programa Viaja Mais Melhor Idade do Ministério do Turismo), “Esporte, Lazer e Cultura” (PELC/MAIS CULTURA), “Esporte, Lazer e Ação Social” (PELC/Programa da Família).

Sobre propostas de ações integradas com o PELC

Ao implicar co-responsabilidades, as tomadas de decisões sobre ações a serem desenvolvidas requerem definição de competências, atribuições e responsabilidade de cada um na elaboração e gestão das políticas setoriais, buscando a superação do centralismo das decisões. As estruturas colegiadas de gestão serão espaços de consolidação dessa integração, coordenadas pelas áreas centrais e contando com a participação das áreas específicas envolvidas.

No entanto, os dados do Quadro 7 parecem reafirmar as respostas anteriores em relação às parcerias, com indicativo de ações e atividades concretas que possam ser efetivadas junto aos parceiros e, ao mesmo tempo, apresentando sugestões focadas nas perspectivas de ampliação e qualificação do Programa.

Da forma como esses dados foram detalhados, apenas em alguns casos podemos ver a importância que as organizações atribuem ao lazer considerando os planos das ações integradas relatados. Citações cujas referências apontam para possíveis impactos de cada uma no lazer dos beneficiários diretos da ação.

Esses mesmos quadros sinalizam para o lazer como um setor de ação transversal que pode ser tanto enfatizado como processo quanto produto cultural de construção, vivência e transmissão de valores, culturas, conhecimentos e competências, assim como de formação dos sujeitos para entender e participar do mundo onde vivem, conscientes da importância do lazer, benefícios e riscos nele vividos. Processo educativo que se inicia quando nascemos e continua ao longo da vida.

Isso implica ação conjunta e qualificada de diferentes pessoas, profissionais, grupos, entidades e lideranças. Com isso, são postos outros desafios para o planejamento e a realização das propostas integradas.

Sobre a atuação do Grupo Gestor, Entidade de Controle Social e pessoas envolvidas

A integração das ações caracteriza-se pela definição de finalidades compartilhadas, estruturadas de forma interdependente e complementar. Ou seja, todo sujeito – individual ou coletivo – está inserido numa rede de sistemas que pode mobilizar e promover mudanças desejadas na ação sociocultural vivida.

O Quadro 9 mostra que as relações do grupo gestor e da entidade de controle social no PELC são relatadas ainda de forma incipiente, apontando como desafios o fortalecimento e a qualificação de suas interações. Ressalta-se a necessidade das mesmas consolidarem a interlocução, o compartilhamento de informações e a construção coletiva do projeto norteador.

As ações integradas participativas requerem um novo perfil de liderança, pois implicam novas formas de olhar e pensar as relações estabelecidas, partilhando poder entre sujeitos, grupos e setores. As lideranças são desafiadas a participar de mudanças na cultura política local, a (re)ver e (re)ler a realidade, precisam ser mobilizadoras de ações, sensíveis às possibilidades e aos limites vividos na sua

concretização. São comprometidas com a discussão de problemas coletivos, o protagonismo dos sujeitos e a realização de ações conscientes e lúdicas.

O Quadro 9 reafirma a participação de profissionais das entidades e órgãos parceiros, citados nos Quadros 5 e 6, com enfoque bastante enfatizado nas áreas da saúde, educação e esporte. A sociedade civil é citada diversas vezes, em especial considerando a participação dos agentes comunitários ligados a associações, organizações existentes nas comunidades e a atuação de lideranças religiosas.

Muitas entidades destacaram os papéis dos “animadores de competência geral”, dos “animadores de competência específica” e dos voluntários, embora a análise dos dados levantados nos faz perceber um limite em relação ao papel do voluntário no desenvolvimento das ações integradas. Se pretendemos caminhar para auto-gestão do Programa e para seu estabelecimento enquanto uma Política Pública, a ação desses sujeitos não poderia ser articulada de modo mais consistente?

Sobre os locais para realização das ações integradas com o PELC

As ações integradas envolvem também a multifuncionalidade dos equipamentos, articulando serviços e atividades. Por exemplo, uma escola pode incorporar também posto de saúde, centro cultural, espaço de esporte e lazer; os centros esportivos públicos podem incorporar ações preventivas de saúde, educação informal, complementação alimentar, da mesma forma que os centros de saúde podem mobilizar a educação para e pelo esporte e lazer.

A relação entre os três setores público, privado e terceiro setor para otimizar programas e projetos de esporte e lazer, várias vezes lembrada neste diagnóstico, reafirma a necessidade das parcerias institucionais em vários sentidos, destacando-se aqui, quanto ao uso e otimização de equipamentos de esporte e lazer disponíveis nas cidades.

Ao serem indagados sobre onde em sua cidade já são ou poderiam ser realizadas ações integradas de esporte e lazer, os participantes do presente diagnóstico enfatizaram os “espaços e equipamentos específicos” para essas vivências. Dado que instiga também a discussão sobre os significados atribuídos aos “espaços e equipamentos não específicos” para as práticas de esporte e lazer, considerando o olhar das comunidades e a amplitude de possibilidades de vivências dos conteúdos culturais de esporte e lazer que estes espaços podem oferecer.

Temos clareza dos espaços e equipamentos que podem ser utilizados em nossa cidade para as práticas de esporte e lazer? Quais os usos que temos feito deles?

Sobre o planejamento das ações integradas com o PELC

A intersetorialidade é um princípio que privilegia a integração matricial das políticas sociais tanto na fase de planejamento quanto nas de execução e monitoramento. Essa matricialidade representa o eixo coordenador e organizador dessas políticas, potencializando sua integração, com impacto positivo em seus efeitos.

Mas, como poderia ser organizado o planejamento de ações integradas?

As propostas intersetoriais implicam planejamento e gestão compartilhada, ou seja, a construção de espaços de convergência de sujeitos que se completam a medida que articulam esforços para atuar em prol de objetivos comuns, otimizando recursos e impactos para cada ação no público atendido, que também é comum.

Os depoentes deram ênfase no planejamento participativo, coletivo, partindo do diagnóstico da realidade, com definição clara de papéis de todos os envolvidos e contando com participação ativa do grupo gestor, das entidades de controle social e da comunidade em geral. A importância da participação dos conselhos e fóruns locais foi ressaltada por vários gestores (Quadro 10).

Nessa perspectiva, os participantes deste diagnóstico destacam a importância de maior engajamento e envolvimento de todos os sujeitos no processo, validando o projeto pretendido e respondendo de forma mais efetiva às necessidades e demandas da realidade.

Sobre a importância das informações nas ações integradas

Uma das maneiras de verificarmos se estamos trabalhando “integrados” é pelo modo como lidamos com as informações. Nas ações intersetoriais, as informações precisam ser organizadas e disponibilizadas de modo que todos os envolvidos possam ter acesso a elas e ampliar conhecimentos sobre o vivido. Isso é básico para tomadas de decisões compartilhadas. Uma decisão é um comprometimento com a ação. O compromisso é mais evidente quando há agilidade nas informações, cujo processamento reflete tanto incerteza quanto consciência sobre as fontes que melhor respondem às necessidades das ações.

Nesse sentido, perguntamos aos participantes deste diagnóstico: que informações são importantes para o planejamento das atividades integradas? Informações sobre os papéis de todos os envolvidos, princípios do programa, objetivos, dados do diagnóstico da realidade em questão, das avaliações críticas feitas continuamente com os diferentes segmentos. Essas foram algumas das informações mais destacadas como básicas para um processo intersetorial que parte da necessidade do conhecimento dos parceiros (uns dos outros), do processo gerencial vivido e do conteúdo específico construído (Quadro 16). Por isso, é importante lembrar que a informação implica gerar, apropriar e circular dados sobre o processo e o produto coletivamente construídos. Em decorrência, o sucesso de uma ação integrada depende da socialização das informações importantes para a ação realizada, entre todos os envolvidos.

Como são socializadas as informações sobre o que acontece no projeto?

Respondendo essa pergunta (Quadro 20), os participantes deste diagnóstico indicaram a realização de reuniões periódicas da equipe como principal estratégia para garantir a socialização das informações. Destacaram também a importância dos canais de comunicação e de mobilização com a comunidade como: rádios abertas e comunitárias, informativos diversos, reuniões comunitárias e com segmentos específicos, correspondência, internet e a construção de instrumentos de avaliação junto com a comunidade no sentido de fortalecer a capacidade da mesma sugerir as ações ao programa. Além disso, consideraram como fundamentais a divulgação de trabalhos científicos sobre o Programa, o contato direto com as entidades e as secretarias parceiras, bem como o estímulo à participação dos Conselhos Gestores.

Entretanto, parece-nos que há um limite das participantes do presente diagnóstico em perceberem que a própria comunidade é um canal forte de socialização das informações, pois os canais são apontados, mas os fluxos ainda parecem ser unidirecionais (grupo gestor/entidade para comunidade).

Que outras formas de socialização poderiam ser usadas?

Nesse sentido, vários itens foram destacados e registrado no Quadro 21. Os dados mostram que algumas regiões reforçam a importância do monitoramento permanente do Programa, além de registros constantes do que nele acontece, alimentando a circulação em rede (virtual ou não) das informações geradas nos e entre os núcleos. Destacam, também, a necessidade da SNDEL divulgar mais o PELC em todo o território nacional, inclusive de forma digital por meio de uma página exclusiva na Internet.

A socialização de informações também foi articulada às propostas de formação multidisciplinar e ao fortalecendo de trocas de conhecimentos entre os núcleos de atendimento (aos diferentes segmentos e do Programa Vida Saudável) e os núcleos de pesquisa (Rede CEDES), ampliando e estreitando a integração entre gestores, agentes, formadores de formadores e

pesquisadores do PELC. A promoção de eventos (Feiras, Mutirões, Festivais e outros) também é apontada como outra forma de socialização das informações do Programa.

Sobre a importância da avaliação das ações integradas

Como poderemos avaliar as atividades integradas?

Os depoentes apontam variadas estratégias de avaliação (Quadro 17), em sua maioria formais, embora alguns sinalizassem para o uso de formas alternativas como seminários, fóruns comunitários, registros fotográficos. Os dados, em geral, demonstram a necessidade de um plano de avaliação estruturado de modo a tratar objetivamente do monitoramento das ações e dos resultados do que efetivamente foi realizado. Com isso, demonstrou também a necessidade de incentivarmos o registro das ações e avaliações realizadas.

A importância da avaliação ao longo de todo processo foi um consenso, sendo mencionados a utilização de diferentes instrumentos de coleta (questionários), registro (relatórios, formulários) e socialização dos dados (pelas mídias, rádio, TV, jornais, carro de som, “boca a boca” e outros). Outros exemplos são expressos no Quadro 17. Exemplos que indicam a avaliação realizada pela equipe interna do Programa, indicando a importância também da avaliação externa do PELC.

O importante é que todos compreendam que as informações podem ser usadas com várias finalidades como: para dar significado às ações realizadas, gerar novos conhecimentos sobre elas e orientar ou fundamentar tomadas de decisões. As informações são básicas para a criação de significados (manifestados e negociados nas tomadas de decisões); estruturar a percepção, por todos, dos problemas e das oportunidades vividos; produzir uma estrutura de sentidos e propósitos que dão identidade e valor às ações realizadas. É também fundamental lembrar que as informações mais significativas nascem de processos contínuos de avaliação.

Sobre a formação e fundamentação teórica e metodológica dos educadores

O presente diagnóstico nos permite dizer que, enquanto um setor de ação transversal, o lazer é, ao mesmo tempo, processo e produto de construção, (re)significação e circulação de valores, conhecimentos, sentimentos, experiências, desejos que implicam formação e ação qualificada de profissionais e lideranças.

Mas, de que qualidade estamos nos referindo? O que os gestores dizem sobre elas? Como têm sido organizadas as formações em serviço (módulo de aprofundamento) do Programa?

Questões como essas estavam implícitas no questionário respondido para este diagnóstico. As manifestações a respeito, contempladas especialmente no Quadro 19, indicaram que as formações em serviço no PELC estão em fase de estruturação, implicando, especialmente, as reuniões de planejamento e de formação periódica (semanal ou quinzenal) com agentes e coordenadores do Programa. Reuniões que também envolvem, por vezes, os gestores e convidados externos e os parceiros dos projetos/programas locais.

Essas reuniões procuram tratar de temas específicos e transversais ao PELC, assim como os conteúdos trabalhados nas “formações introdutórias” e referentes à organização do trabalho pedagógico. Nas reuniões também são tratados temas de interesses locais e usadas ferramentas didáticas diversas (leituras e discussões de textos, análise de filmes e vídeos, realização de oficinas, estudos de casos, apresentação de relatos de experiências de vários núcleos, dentre outras expressas principalmente no Quadro 18).

Os dados destacaram, também, a importância da participação dos integrantes do PELC em outros seminários; a organização de Fóruns; o uso de estratégias diversificadas desenvolvidas conforme a característica de cada realidade; a necessidade das formações realizadas cooptarem todos os envolvidos no processo, pois na maioria dos casos a ação de formação em serviço está voltada mais gestores e agentes (envolver também lideranças da comunidade).

Os gestores precisam se fazer reconhecidos como gerentes dos assuntos de interesse público, com responsabilidade pelo diagnóstico, programação, supervisão e continuidade das ações de esporte e lazer no âmbito onde atuam.

Os gestores e agentes do PELC lidam com o “conhecimento tácito” (sem regras pré-definidas, usado pelas pessoas para realizar suas atividades e dar sentido a elas, expresso pelas suas habilidades na realização das ações cotidianas) e o “conhecimento explícito” (expresso de modo formal pelas áreas de conhecimento, usando sistemas de símbolos, regras, métodos e outras formas de registro difundidas amplamente). Daí a importância do Programa estar atento e valorizar os vários tipos de conhecimento que fundamentam as ações realizadas, sem perder de vista seus sentidos, valores e objetivos.

Que textos e outros materiais didático-pedagógicos têm orientado a formação dos agentes do Programa?

Os participantes deste diagnóstico fizeram uma apresentação pontual de alguns textos e materiais didáticos utilizados nas ações de formação. (Quadro 18). Elencaram autores, livros e revistas que abordam conteúdos importantes para o Programa, das áreas de Educação Física, Lazer, Políticas Públicas de Esporte e Lazer, Educação, Psicologia, Didática, Pedagogia, Gestão, Administração. As referências são variadas, como requer as abordagens do Programa, sobre fundamentos e conceitos do campo do lazer e do esporte recreativo; diversidade de práticas culturais de esporte e lazer; metodologias; orientações específicas sobre o trato das diferenças dos sujeitos/segmentos atendidos pelo Programa; temas relacionados ao trabalho e sua relação com o lazer; saúde e qualidade de vida; primeiros socorros; drogas, sexualidade, dentre outros.

Como materiais didáticos foram citados: o uso da internet e de outros meios de comunicação, jornais, revistas; reuniões de planejamento, seminários e palestras locais e em parcerias com Instituições de Ensino Superior; uso de documentários e trabalhos científicos (teses, dissertações, pesquisas da Rede CEDES).

Pontuações ricas, mas que não foram suficientes para explicitar todos os conteúdos específicos tratados nas formações desenvolvidas pelo PELC (discutidas no Quadro 19), tanto no que diz respeito aos conteúdos de natureza técnico-pedagógica como de natureza socioeducacional política. O que precisa ser bem explicitado pelo Programa, especialmente pelo fato de que se trata de um Programa que visa educar para a autonomia dos sujeitos no esporte e lazer.

Apesar da citação da Rede CEDES, os dados também revelam a ausência das ricas fontes produzidas e já publicadas em livros por essa Rede, criada com o objetivo de contribuir com a fundamentação das ações do Programa, tratando dos problemas e situações analisadas nas atividades formativas desenvolvidas pelos Núcleos de atendimento do PELC. Isso indica a necessidade da difusão para os Núcleos do PELC da produção da Rede CEDES como uma das estratégias de consolidação da ação em rede entre o trabalho dos núcleos e dos pesquisadores. O ideal é que haja ação orgânica entre eles para maior integração entre teoria e prática, entre saber popular e saber acadêmico.

Também surgiram alguns destaques relacionados a situações em que ainda não existe nada acumulado e/ou em execução (possivelmente convênios novos). Destaques que revelam diferentes relações, por região do País, no que tange ao acesso e uso do conhecimento científico. Por exemplo, os depoentes das Regiões Sudeste e Sul fizeram referências diretas à autores, enquanto que, os pertencentes às demais regiões, citam temas, muitos deles pouco representativos em relação a discussão do lazer realizada na formação continuada desenvolvida com vistas a constante melhoria da qualidade do Programa.

Sobre problemas vividos e alternativas construídas na gestão integrada

A gestão integrada consiste, em última instância, na fusão das ações de setores a partir da gestão local, pois não há como resolvermos sozinhos problemas sociais. Com isso, cresce a necessidade da compreensão do todo do contexto e das relações de complementaridade e interdependência entre as partes envolvidas no trato dos problemas (sociais e de gestão).

Mas, que problemas podem ser vividos nas ações integradas do PELC?

O principal problema, citado pelos gestores em todas as regiões brasileiras é a falta de costume e experiência com ações integradas. Isso fica evidenciado em citações como “divergência de objetivos e opiniões, não cumprimento das ações planejadas, falta de visão do todo, ciúme, falta de compreensão”. (Quadro 14)

Recorrentemente, as entidades se remetem a questão da “falta” de espaço, equipamento, recursos, engajamento. Isso pode representar tanto dificuldade como resistência em lidar com o novo, a falta de uma cultura em relação às ações integradas ou a assunção de um posicionamento frente às dificuldades políticas – descontinuidade, divergência de opiniões, falta de identidade com a proposta política, entre outros motivos.

Outros problemas citados com bastante frequência a esse respeito são: influência política no processo de gestão, falta de continuidade das ações e, com menor número de citações, falta de qualificação para esse tipo de ação.

Que alternativas podem ser construídas para superar esses problemas?

As soluções propostas (Quadro 15) dão grande foco à falta de experiência em ações integradas. Entre as principais sugestões que atendem a essa preocupação estão: encontros periódicos de avaliação, definição clara das responsabilidades de cada setor, planejamento integrado das ações, criação de uma rede de informações sobre as ações propostas (planejamento e execução), definição clara dos objetivos e relação constante com a comunidade atendida. Cabe ressaltar também que a criação do Grupo Gestor foi apontada como uma das soluções. Outras demandas importantes são a continuidade do programa e a maior presença do Governo Federal nas execuções do programa.

Desburocratização dos processos, verificação de como lidamos com a informação e conscientização sobre os objetivos do programa e dos fundamentos do lazer. Essas são alternativas consideradas relevantes, entre outras citadas no Quadro 15.

Sobre as experiências lúdicas no PELC

Que atividades lúdicas são e/ou poderiam ser promovidas pelo Programa para consolidar uma ação intersetorial significativa para sua cidade?

Em resposta a essa pergunta (Quadro 21), destaques foram dados ao trato às experiências lúdicas relacionadas com a realidade local (atividades do núcleo, datas comemorativas, dentre outras), a demanda de cada segmento e a capacidade interdisciplinar e transversal do desenvolvimento das atividades lúdicas. Uso de atividades lúdicas como meio e fim para promover motivação, interesse, vivência prazerosa e significativa da atividade de lazer, mobilizar pessoas e grupos para ações coletivas e/ou integrar famílias e sujeitos da mesma ou de idades diferentes (intergeracionalidade).

A diversidade de práticas culturais também destacou-se na discussão sobre atividades lúdicas, sendo indicadas várias atividades como: torneios, gincanas, festivais em várias e diferenciadas possibilidades de linguagens esportivo-culturais (esporte, dança, jogos populares e esportivos, arte, cinema, dança, circo etc.), possibilidades de intercâmbio entre segmentos e núcleos, organização de passeios culturais.

No entanto, os relatos de trabalho com idosos ainda estão bastante limitados no que diz respeito a ludicidade, sendo a esse segmento articuladas atividades tradicionalmente tratadas pela saúde (ênfase nas atividades físicas considerando seus aspectos biofisiológicos).

Além disso, como existem várias concepções de ludicidade, até mesmo contraditórias, lembramos que as ações lúdicas precisam ser coerentes com os princípios inclusivos. Nesse sentido, a vivência de alegria é fruto de práticas com liberdade. Vivências significativas para as pessoas e grupos, compartilhadas pelos participantes e comprometidas com a autonomia dos sujeitos.

Estamos falando, assim, de atividades que não se resumem à animação. Mas que o divertimento, a recreação vivida nas ações lúdicas são estruturadas com a participação dos sujeitos.

Descontraídas, são conscientemente levadas a sério pelos participantes porque são frutos de sua livre escolha e participação na organização e vivência das atividades, mobilizadas pelos seus desejos, curiosidades, criticidade, criatividade e satisfação.

Sobre as expectativas dos gestores do PELC

Indagados sobre suas expectativas em relação às ações integradas (dados no Quadro 8), os gestores apontaram para a transversalidade do lazer nas práticas sociais, e sua importância para o conhecimento da realidade e possibilidades que tem de participar na construção de propostas coletivas/integradas de superação das dificuldades nela identificadas. Na perspectiva deles, alguns critérios para intersetorialidade precisam ser considerados, como expomos a seguir.

Muitos declaram já agir em parceria e outros não. O PELC é um Programa de base nacional, que precisa alinhar diretrizes, princípios e ações, dentre elas as integradas. Isso não quer dizer que se busca um engessamento do Programa, que amadurece à medida que as bases locais também o fazem.

As discussões realizadas certamente irão implicar mudanças nas formas de ofertas de serviço que, ao passarem por mudanças na sua base de indicadores, incluindo-se indicadores sociais e culturais mais amplos, bem como detalhado plano de monitoramento e avaliação das ações parceiras realizadas, processa avanços consideráveis na história das políticas públicas de esporte e lazer em nosso País. Nesse sentido, um avanço significativo destacado no presente diagnóstico é a crescente participação da sociedade civil e de grupos de gestão compartilhada, consolidando-se cada vez mais na política pública de esporte e lazer. Outro avanço importante é a incorporação de vozes dos diversos agentes da sociedade civil e da crescente necessidade do PELC ser gestado como política pública que busca sua continuidade, o que pode ser observado nos investimentos nas ações de formação continuada e em serviço, durante as atividades realizadas.

Enfim, as expectativas postas pelos depoentes deste diagnóstico confirmam as expectativas dos coordenados do PELC no sentido de afirmar o lazer como uma das áreas prioritárias para a população e as políticas sociais, cujas experiências podem influenciar mudanças culturais no gerenciamento de programas públicos de esporte e lazer do País. Lembrando que, para isso, será preciso garantir a participação da sociedade civil nos diferentes momentos de desenvolvimento dos trabalhos, em conjunto com a participação dos representantes governamentais. Além disso, a gestão do conhecimento construído no PELC, gerando redes de informação e formação que podem qualificar cada vez mais as ações desenvolvidas no Programa.